



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141495 - SP (2021/0014399-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : LUCAS MARTINS GALVAO DE FRANCA (PRESO)
ADVOGADO : MARCELO WILLIAM MOREIRA DE LIMA - SP184431
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por LUCAS MARTINS GALVAO DE FRANCA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2221538-24.2020.8.26.0000).

O recorrente foi preso em flagrante e denunciado como incurso no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, sobrevindo decisão que converteu a custódia em preventiva.

Sustenta que está encarcerado desde 9.1.2020, sem que a instrução processual tenha se encerrado, o que revelaria o excesso de prazo da segregação antecipada.

Requer, liminarmente e no mérito, a cassação do acórdão impugnado, relaxando-se a sua prisão e expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do recorrente (fls. 53-):

Depreende-se das informações da d. Autoridade Judiciária apontada como coatora que o paciente foi preso em flagrante, em 09 de janeiro de 2020, tendo sido oferecida denúncia, em 30 de janeiro de 2020, a qual foi recebida, em 05 de fevereiro de 2020.

Em 24 de fevereiro de 2020, o paciente apresentou defesa preliminar, sendo certo que, em 08 de abril de 2020, foi ratificado o recebimento da denúncia e designada audiência de instrução, debates e julgamento para o dia 25 de maio de 2020, a qual, em virtude da pandemia de Covid-19, acabou redesignada para o dia 05 de agosto de 2020, oportunidade em que toda prova oral foi produzida, ficando o encerramento da instrução criminal pendente apenas da juntada do laudo pericial realizado nos celulares apreendidos.

O douto Magistrado a quo noticiou ainda que, em 06 de outubro de 2020, concedeu prazo de cinco dias para o Ministério Público juntar o laudo pericial, estando o processo aguardando tal providência para posterior vista às partes para apresentação de memoriais de alegações finais.1 Portanto, não se

vislumbra o alegado constrangimento ilegal, por excesso de prazo na formação da culpa, haja vista que a ação penal tramita regularmente, sendo certo que não se comprovou ter havido desídia por parte do nobre Magistrado que preside a instrução criminal, na condução do processo penal, além de passar ao largo a hipótese de vulneração do princípio constitucional da razoabilidade.

[...]

*De mais a mais, consoante emerge da manifestação ministerial de fls. 203/205 dos autos da ação penal digital, embora o ilustre representante do Ministério Público tenha adotado providências para a juntada do laudo referente à quebra dos dados telemáticos e telefônicos dos aparelhos celulares apreendidos - ainda não efetivada por não ter ficado pronta a perícia esclarece que a instrução criminal somente não se encerrou em virtude de pedido exclusivo da defesa de juntada do referido laudo, tornando aplicável, à espécie, o comando normativo da Súmula 64 do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual, “**não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa**”.*

Por fim, cabe esclarecer que, conquanto o ilustre representante do Ministério Público tenha requerido, em 30 de janeiro de 2020, a juntada do laudo pericial dos telefones celulares apreendidos, não há nos autos elementos autorizando a conclusão de que insistiria na efetivação de tal diligência, sobretudo porque há a possibilidade de o órgão acusador estar satisfeito com a prova produzida durante a instrução.

Aliás, também não se pode descartar que a antecipação da Defesa, durante a audiência da instrução criminal, para solicitar a juntada de prova requerida pelo Ministério Público no limiar da ação penal, tenha como verdadeiro propósito ver prolongada a instrução e, em face disso, eventual acolhimento de pleito de relaxamento da custódia cautelar.

Frente a esse quadro, por não caracterizado o constrangimento ilegal com que acena o ilustre impetrante, máxime porque não se vislumbra desídia na condução dos atos processuais ou vulneração do princípio da razoabilidade, devendo-se o prolongamento da instrução criminal a ato da própria Defesa, exsurge imperiosa, na parte conhecida, a solução consistente na denegação do remédio heróico.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência